

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.056 - SP (2019/0072377-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : EDIFICIO THE DIAMOND TOWER
ADVOGADOS : DENISE DE CASSIA ZILIO - SP090949
JOSE MARCELO BRAGA NASCIMENTO - SP029120
RECORRIDO : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO
SABESP
ADVOGADO : WILSON PARREIRA DE SOUZA - SP173722

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NO DECRETO ESTADUAL N. 41.446/1996. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/São Paulo, assim ementado (fls. 663-664):

Apelação Cível. Serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto. Ação de obrigação de fazer c.c. pedido de restituição de pagamentos indevidos. Sentença de procedência. Insurgência da ré. Autor que pleiteia o enquadramento como consumidor de múltiplas economias. Imóvel para fins comerciais. Legalidade do Decreto 41.446/96 que limita o referido regime aos imóveis residenciais. Restrição que não se afigura ilegal ou inconstitucional. Ausência de violação da legislação federal. Lei Federal nº 11.445/2007, que traz a remuneração da estruturação de remuneração por individualização do usuário, não de economia. Prédio comercial que permanece com a classificação de economia única do Decreto Estadual nº 41.446/96.

Sentença reformada. Ação julgada improcedente.

Recurso provido.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação dos artigos 30, I, da Lei n. 11.445/2007, 8º, § 1º, do Decreto Federal n. 7.217/2010 e 6º, II, e 39, V e X, do CDC, sob os seguintes argumentos: (a) necessidade de aplicar-se a tarifa por quantidades crescentes, isto é, a partir da primeira faixa de consumo, além de considerar as diversas unidades autônomas existentes numa mesma edificação, sem distinção de categoria usuários; (b) deixar de reconhecer o direito do recorrente ao cadastro no sistema de economias, chancela o tratamento diferenciado na contratação com a concessionária recorrida, em desobediência ao CDC, que assegura ao consumidor o direito à igualdade nas contratações.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 767-768 e 822.

É o relatório. Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

No que diz respeito à ofensa aos artigos 30, I, da Lei n. 11.445/2007, 8º, § 1º, do Decreto Federal n. 7.217/2010 e 6º, II, e 39, V e X, do CDC, evidencia-se que a tutela jurisdicional foi prestada pelo acórdão recorrido com fundamento no Decreto Estadual n. 41.446/1996, razão por que o recurso especial não deve ser conhecido nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

